

## MODELO PARA ANÁLISE DA TERCEIRA NACIONALIZAÇÃO

### ENERGÉTICA NA BOLÍVIA<sup>1</sup>

Bruno Costa<sup>2,3</sup>

#### Resumo

O artigo tem o objetivo de apresentar um modo de análise que permita compreender a nacionalização energética boliviana de 2006. Tal modo de análise pode ser dividido em dois eixos: um modelo descritivo e uma formulação verbal compreensivista. Após o desenvolvimento do modelo, segue uma formulação verbal a partir do que está descrito no modelo para o caso específico da nacionalização energética boliviana. Como esperado, o modelo gerou hipótese que merece um tratamento mais refinado em trabalhos futuros. Dessa forma, o artigo mostra como a modelagem pode ajudar na apreensão, descrição e compreensão de fenômenos que ocorrem no mundo complexo, bem como apresenta novas perspectivas de pesquisas que se abrem após o desenvolvimento do modelo.

**Palavras-Chave:** Nacionalização energética; Segurança Energética; Bolívia; Modelagem.

#### Abstract

This article aims to present an analytic approach to understand the Bolivian energetic nationalization. This analytic approach can be divided in two axes: first, a descriptive model and, second, a comprehensivistic verbal formulation. The development of the model is followed by a verbal formulation concerning the specific case of the Bolivian gas nationalization. As it was expected, the model was helpful in formulating hypothesis that should be thought more carefully in the future. The article shows how modeling can be a useful tool to

<sup>1</sup> O artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em curso financiada pela FAPEMIG.

<sup>2</sup> Bruno Costa é estudante do curso de Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

<sup>3</sup> O autor reconhece que esse artigo não seria possível sem o apoio da FAPEMIG e dos Professores Javier Vadell e Eugenio Diniz. Imprescindível também foi o apoio (extra) acadêmico de Hérica Vasconcelos, Larissa Ikeda, Bernardo Bahia e Gabriel Ferrari.

approach, describe and comprehend the facts that occur in the complex world. The article also opens new research perspectives.

**Keywords:** Energetic Nationalization; Energetic Security; Bolívia; Modeling.

“Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa duma Província ocupava uma Cidade inteira, e o mapa do Império uma Província inteira. Com o tempo esses Mapas Desmedidos não bastaram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o Tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto. Menos Dedicadas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes decidiram que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedades entregaram-no às Inclemências do Sol e dos Invernos.”

*Jorge Luis Borges, História Universal da Infância*

Formatted: English (U.S.)

## 1. Introdução

O objetivo do presente artigo é formular um modelo de análise que permita descrever a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos levada a cabo por Evo Morales (2006) no dia primeiro de maio de 2006. Para tanto, será feita, em um primeiro momento, uma abordagem metodológica acerca de elaboração de modelos. Em seguida, haverá uma breve apresentação do problema e dos pontos que, conforme acredita o autor, devem ser levados em consideração no modelo que se pretende elaborar. Após esse passo, será a vez de desenhar o modelo descritivo e, na sequência, o modelo será aplicado na descrição do objeto de estudo desse trabalho, qual seja, a nacionalização das reservas energéticas. Na sequência, serão apontadas algumas conclusões a partir da descrição realizada no modelo, permitindo a compreensão da dinâmica que levou ao processo de nacionalização. Por fim, serão mostradas as perspectivas de pesquisas que se abrem após a abordagem do problema aqui praticada.

## 2. Modelos como instrumentos de análise

A complexidade do mundo real impede que os fenômenos nele ocorridos possam ser analisados sem nenhuma redução. Como afirma Sayão, *“a existência de modelos jaz na impossibilidade cultural de descrever os objetos com perfeição”* (Sayão, 2001, p. 83). A partir dessa consideração, o desenvolvimento de Modelos é a formulação de uma ferramenta descritiva que reduz a realidade aos pontos considerados importantes para a descrição do fenômeno. Como esclarece Duncan Snidal, *“(...) então o modelo é antes uma representação parcial de algum aspecto ou problema do que a representação de sua integridade”*<sup>4</sup> (Snidal, 2004, p. 231, tradução livre).

Assim como o mapa do Império do tamanho do Império se tornou inútil no texto de Borges, um modelo que descreve a realidade com todos os seus componentes seria inútil. A função de um modelo descritivo, como o que será aqui desenvolvido, é de descrição de um fato reduzindo-o a seus fatores relevantes. Isso implica entender modelos como

(...) aproximações seletivas que, pela eliminação de detalhes acidentais, permitem o aparecimento de alguns aspectos fundamentais relevantes ou interessantes do mundo real sob alguma forma generalizada. A possibilidade de ser inexato e desigual em relação ao seu original é que, em última análise, permite ao modelo revelar o que se deseja. (Sayão, 2001, p. 84)

Decorrem daí duas considerações. A primeira é que o modelo em si não responderá a questões interpretativas. A segunda é que toma suma importância o critério de seleção do que se entende como “fatores relevantes”. Tais fatores devem estar intimamente relacionados ao problema descrito e o julgamento de sua relevância deve ser feito baseando-se em *“conhecimento detalhado do problema combinado com considerações sobre quais e quantos detalhes o modelo comporta”*<sup>5</sup> (Snidal, 2004, p. 232, tradução livre).

<sup>4</sup> (...) a model is always a partial representation of some aspects of a problem rather than of its entirety.

<sup>5</sup> (...) depend on detailed knowledge of the problem combined with considerations of which and how much detail the model can accommodate.

Ao ressaltar o caráter descritivo do modelo que será desenvolvido, é importante frisar que o mesmo não responderá a questões interpretativas ou compreensivistas. A interpretação do fato se dará através de uma formulação verbal baseada na descrição do modelo, ou seja, o modelo descritivo tem alto valor como instrumento simplificador de realidade, mas prescinde de uma formulação verbal para oferecer interpretações ou compreensões de fenômenos sociais. A descrição feita no modelo será importante na construção de hipóteses e de abordagens teóricas (Snidal, 2004), já que ele isolará o que se entende como variáveis inseridas na cadeia causal do fenômeno que se pretende analisar.

Quanto à seleção dos fatores relevantes para a compreensão dos fenômenos – que podem ser entendidos como variáveis do processo – devem ser atendidos basicamente dois parâmetros: a) deve-se zelar pela simplicidade do modelo; e b) deve-se isolar as variáveis determinantes do processo.

Observando os parâmetros citados acima, temos que a construção de um bom modelo descritivo perpassa por

Colocar de lado (...) complicações e começar com as suposições descritivas mais simples (...). Posteriormente, nós podemos voltar e incluir mais condições descritivas realísticas e investigar suas conseqüências. Por ser possível colocar um sobre peso de detalhe no modelo, é tipicamente mais efetivo primeiramente apontar os aspectos mais significantes do problema e adicionar complicações gradualmente. (Snidal, 2004, p. 233, tradução livre)<sup>6</sup>

Tendo isso em mente, o lugar da descrição do modelo ficou bem claro, mas ainda restam pontos a serem esclarecidos. Primeiramente, qual é o

<sup>6</sup> (...) set aside (...) complications and begin with the simplest descriptive assumptions (...). Later we can come back to include more descriptively realistic conditions and investigate their consequences. Because it is possible to overwhelm the model with details, it is typically more effective to first pin down the most significant aspects of the problem and then add complications gradually.

lugar do modelo em que a formulação verbal interpretativa/compreensivista irá se basear e como se dará a seleção dos fatores relevantes para o modelo?

A formulação verbal, que será realizada com vistas a compreender o processo descrito no modelo, tem seu lugar nas linhas de conexões dos elementos do modelo. Isso é, ela se ocupará de estabelecer os nexos de influência entre os elementos constitutivos do modelo.

O rol de fatores relevantes utilizados para o desenho do modelo atende às suposições sustentadas pelo autor, mais a frente no texto essas suposições serão evidenciadas, bem como a hipótese que decorre da descrição apresentada pelo modelo.

Em suma, o modelo descritivo a ser desenvolvido será reconhecidamente menor do que a realidade, o que implica o reconhecimento de que determinados fatores fatalmente ficarão de fora do modelo. Em nome da operacionalização de fenômenos complexos em termos de uma teoria, aceita-se a exclusão desses fatores. Decorre daí também que outros modelos poderão ser formulados sobre o mesmo tema e, ainda que guardem divergências explícitas do modelo a ser aqui desenvolvido, esses outros modelos podem ser igualmente válidos.

### 3. Da Nacionalização dos Hidrocarbonetos na Bolívia

Em primeiro de maio de 2006, megafone em punho, Evo Morales – o celebrado primeiro presidente indígena democraticamente eleito da Bolívia – declara, pela terceira vez na história boliviana, a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos que, nas palavras do Decreto Supremo 28701, trata-se da “*terceira e definitiva nacionalização de (...) gás e petróleo [da Bolívia]*”<sup>7</sup> (Bolívia, 2006).

O documento que oficializa a nacionalização, denominado *Héroes del Chaco*, afirma que a nacionalização é levada a cabo considerando que

<sup>7</sup> (...) la tercera y definitiva nacionalización de su gas y su petróleo.

(...) em histórica jornada de luta, o povo conquistou às custas de seu sangue, o direito de que (...) [a] riqueza hidrocarbonífera [da Bolívia] volte às mãos da nação, e seja utilizado para benefício do país.<sup>8</sup> (Bolívia, 2006)

Fica evidente nessa leitura que o ato de nacionalização em questão é o ponto culminante de um processo muito amplo em que está não só a reformulação do marco regulatório da indústria de hidrocarbonetos, como também os rumos que tomará o Estado, agora governado por um governo nacionalista e que se declara como corretor de injustiças históricas (Bolívia, 2006).

O supracitado ato de nacionalização é o clímax de um processo que tem seu início simbólico na Guerra da Água de Cochabamba e na Guerra do Gás, que culminou com a renúncia do então presidente Gonzalo Sanchez de Lozada em 2003.

A guerra da Água, em 2000, ocorreu na cidade de Cochabamba, onde se seguiu a recomendação do Banco Mundial e privatizou-se a distribuição de água. Em uma cidade onde grande parte da população vive com menos de US\$1/dia, proibiu-se recolher águas de chuvas (prática corrente na Bolívia) e aumentou-se a tarifa. Na prática, a privatização exclui parte considerável da população do acesso à água. Seguiu-se um forte movimento social articulado na Coordenadoria de Defesa da água e da vida que, no fim do embate, acaba por tomar o controle da distribuição da água na cidade (após anulação do contrato de privatização). Essa vitória foi simbólica, eram os movimentos sociais vencendo a lógica de mercado do ideário neoliberal (Rocha, 2006).

A Guerra do Gás têm início em 2003 em resposta ao plano de Sanchez de Lozada de exportar gás para os Estados Unidos e México via portos no Chile. O núcleo duro dos movimentos pró-nacionalização dos hidrocarbonetos (contrários a Lozada) eram os cocaleiros e os grupos de Cochabamba que enxergavam no gás a chave para o desenvolvimento boliviano. Note-se que o plano abarcava os principais

<sup>8</sup> (...) el pueblo ha conquistado, a costa de su sangre, el derecho de que nuestra riqueza hidrocarbonífera vuelva a manos de la nación y sea utilizado en beneficio del país.

desafetos dos grupos nacionalistas: os EUA, promotores da política anticoca e o Chile, com quem a Bolívia mantém relações distantes desde a perda do seu território no litoral. Lozada cai após violentíssimos protestos e assume seu vice, Carlos Mesa. O novo presidente governa apoiando-se em um “pacto de governabilidade”, convoca o referendun sobre a nacionalização dos hidrocarbonetos e aumenta o imposto sobre o setor de 18% para 50% (desistiu da nacionalização face às indenizações bilionárias com as quais teria de arcar). O pacto de governabilidade se desfaz quando Mesa decide romper com os cocaleiros. Os protestos são retomados e Mesa renuncia em 2005. Após um breve período de instabilidade, Rodriguez – presidente da Suprema Corte – assume o cargo até as eleições, nas quais Morales se sagraria vitorioso (Rocha, 2006).

Esse processo é marcado pelo amadurecimento do processo de politização da bandeira indígena-campesina que culmina com a vitória de Evo Morales e seu partido o Movimento ao Socialismo (MAS) em 2005. Essa politização indígena é expressão do processo de inclusão de massas historicamente excluídas da elite política boliviana. É importante ressaltar que a consolidação da representação política das bandeiras indígenas dá-se em um contexto tão específico quanto significativo: a falência do modelo neoliberal de Estado. A pergunta que deve ser feita é se a concomitância entre esses dois processos sociais guarda alguma relação.

A primeira suposição sobre a que irá orientar o desenho do modelo é que há alguma relação entre a falência do modelo neoliberal de Estado e a emergência e consolidação de atores políticos que levantam a bandeira indianista. Outra evidência para essa suposição é, além da simultaneidade dos eventos (utiliza-se aqui o princípio de variação concomitante de variáveis), o fato de a agenda nacionalista professada por Morales ser claramente uma oposição diametral à agenda neoliberal. Emblematicamente, o discurso de posse de Evo Morales, em janeiro de 2006, está calcado em correções históricas e superação dos antigos modelos de Estado da Bolívia. O que fica claro após as considerações feitas acima é a necessidade de que o modelo crie canais



de diálogo entre o nível nacional e o nível internacional.

Outro fator relevante é o que concerne à emergência de um novo nacionalismo boliviano. Significativo nesse aspecto são dois elementos: o conteúdo do supracitado discurso de Morales quando de sua posse e o fato de o Decreto Supremo número 28701 – que oficializa a nacionalização – ter sido, não por acaso, denominado *Heroes del Chaco*. Nesse ponto, uma breve perspectiva histórica é necessária

A Guerra do Chaco é reconhecidamente um divisor de águas no pensamento social boliviano (Camargo, 2006; Andrade, 2007). Como aponta Camargo (2006), no campo de batalha do Chaco conviveram pela primeira vez setores da classe média urbana, mineiros e índios. Provavelmente, o mais importante encontro ocorrido no Chaco foi o encontro do Oriente (cujo centro dinâmico é Santa Cruz de La Sierra) com o Altiplano (cujo pólo é La Paz), fazendo com que, praticamente pela primeira vez, houvesse um evento que reunisse indivíduos de todo o país. A derrota no conflito com o Paraguai (em 1935), além de causar “*a desordem propícia para incubar [a consciência nacional]*”<sup>9</sup> (Piñeiro *apud* Camargo, 2006), marca a percepção, por parte da sociedade boliviana, do descolamento existente entre Estado e sociedade. O impacto mais significativo dessa drástica mudança no pensamento social boliviano foi a incipiente remodelação do quadro político-institucional do país. Como aponta Andrade (2007), subsequentemente à guerra, muitos dos ex-combatentes não retornaram ao campo, mas sim se dirigiram às cidades, engrossando a massa de desempregados e reforçando o coro que protestava contra o agravamento da situação econômica do país (que já era preocupante antes do conflito). Nesse ambiente, há a incubação de uma oposição ao governo formada pelos segmentos sociais mais atingidos pela crise. À crescente demanda por justiça social e compensação dos prejuízos da crise econômica, o governo Sorzano responde criando o Ministério do Trabalho e Bem-estar Social. No campo partidário tem origem o *Partido Obrero Revolucionário* (POR) (Camargo, 2006).

<sup>9</sup> (...) el desorden propicio para incubarla.



Como pode-se notar a partir do apresentado acima, a situação social propiciada pelo período imediatamente posterior à Guerra do Chaco foi a pedra angular sobre a qual se edificaram os movimentos oposicionistas da Bolívia. Dessa feita, esse conflito – e seus combatentes – tem um peso simbólico considerável na formação da mentalidade da nação boliviana como sendo congruente às fronteiras do Estado boliviano. Em consequência da formação do nacionalismo boliviano ter tido sua origem nos campos de batalha do Chaco, esse nacionalismo preserva um padrão de interação correspondente aos tempos de trincheira: a exclusão do indígena. Ainda segundo Andrade (2007),

Os índios aimarás e quéchuas continuaram segregados e humilhados pelos brancos e mestiços, mesmo nos campos de batalha. (...) A guerra não significou a integração do índio à nação; pelo contrário, reafirmou toda a estrutura social de opressão (...) e aprofundou ainda mais o poço que separava a elite burguesa branca da maioria indígena. (Andrade, 2007, p. 33)

Assim sendo, observa-se os problemas inerentes à formação da nacionalidade boliviana. A suposição aqui é que está emergindo um novo entendimento do que é a nação, que será tratado doravante como “entendimento largo da nação”, já que ela congrega os indivíduos – e a carga ideacional-simbólica – da grande porção historicamente excluída do Estado. Um novo entendimento de nação implica um novo conteúdo de nacionalismo, bem como uma reformulação do que se entende como ameaças à soberania nacional (dado que o nacional refere-se a uma nova nação). Que o nacionalismo (re)ssurja nesse momento histórico já era esperado (vide a primeira suposição), mas seu conteúdo renovado é consequência dessa segunda suposição, haja vista que se entende nacionalismo como a ideologia política que busca harmonizar estado e nação (Guibernau, 1997).

Decorre daí a segunda necessidade a ser atendida pelo modelo: ele deve dar espaço para considerar a formulação das dinâmicas sociais que desembocam no entendimento largo de nação. Para termos de conexão com a política do Estado boliviano (dentre a qual se destaca a

nacionalização, objeto do modelo), será inferido o conteúdo orientador de política do (novo) nacionalismo boliviano.

Até aqui temos, portanto, três dimensões que devem ser articuladas pelo modelo, a saber, primeiramente o modelo deve admitir uma forma de interconexão entre o nível nacional boliviano e o nível internacional (ou seja, uma maneira de articular os níveis de análise). Desenhar um modelo descritivo que admita dois níveis implica obrigatoriamente ocupar-se daquilo que acontece em ambos os níveis no que diz respeito aos fatores relevantes. Assumindo como fator relevante a falência do modelo de Estado neoliberal, esse é o elemento chave no tempo zero e o ponto de partida do modelo, devendo ser alocado no nível internacional do mesmo. O modelo tem de conter uma orientação temporal. Sendo um modelo descritivo que irá encadear fenômenos que ocorrem em diferentes momentos (fenômenos esses que serão articulados via formulação verbal), o modelo deve dar conta de explicitar causas e consequências dos fenômenos nele contidos. Por fim, o modelo, em seu nível doméstico, deve dar conta das transformações na dinâmica sócio-política boliviana.

#### 4. Desenhando um modelo descritivo

Ao articular a duas seções anteriores deste artigo, encontramos uma orientação para a formulação de um modelo descritivo e uma situação a ser modelada. Dessa forma, temos métodos e conteúdo. Para formular o modelo devemos, portanto, encontrar abordagens teóricas que permitam tratar os elementos da realidade à qual se fez referência na segunda seção, conforme a metodologia apresentada na primeira seção.

O modelo deve conter canais de diálogo entre o nível internacional e o nível nacional e deve considerar o processo histórico (portanto, deve considerar a dimensão temporal) de consolidação das bandeiras indígenas nos elementos que constituem o quadro político boliviano.

Em um modelo que pretende articular o nível internacional e o nível doméstico, a contribuição de Peter Gourevitch (1978) é bem útil. O

autor parte do argumento de que mudanças no sistema internacional demandam ou induzem ajustes institucionais internos nos Estados. No entanto, o teor desses ajustes será dado por características político-institucionais do Estado (Gourevitch, 1978). Tais mudanças abrem um leque de possibilidade para os Estados, mas *“a explicação para a escolha entre as possibilidades requer algum exame de políticas domésticas”*<sup>10</sup> (Gourevitch, 1978, p. 900, tradução livre).

A seguir, a pergunta de Gourevitch é: aceitando que a escolha entre as possibilidades que faz o Estado depende de condicionantes internos, quais condicionantes devem ser observados para compreender a escolha do Estado? A resposta do autor é construída na negação do argumento de Estado-forte, Estado-fraco. Esse argumento sustenta que, em Estado fortes, há a condição de Estado no centro da esfera política (*state-centred policy network*) e que esse Estado – emanado do povo ou de qualquer outra fonte de soberania – formula a política externa a partir da articulação do interesse de vários grupos. Em contraste, em Estados-fracos há a condição de sociedade no centro da esfera política (*society-centered policy networks*), partes do Estado podem ser tomados por grupos de interesses específicos e, a partir daí, a política é o resultado da interação conflitiva do público-privado (Gourevitch, 1978).

O problema dessa abordagem, como aponta Gourevitch, é que ela não estabelece uma forma de explicar a preferência de países cuja política é centrada no Estado. O autor sustenta que *“qualquer política executada pelo Estado deve ser capaz de elucidar o apoio de elementos sociais mínimos para que os líderes políticos se mantenham no poder”*<sup>11</sup> (Gourevitch, 1978, p. 903, tradução livre). Para Gourevitch, a formulação de Estado-forte disfarça, sob o pano de legitimidade do poder central emanado pelo povo, a articulação política necessária para garantir o apoio interno àquela determinada política. Entende-se dessa forma que, independente do Estado em questão, a análise da adequação ao estímulo proveniente no nível externo deve levar em conta o

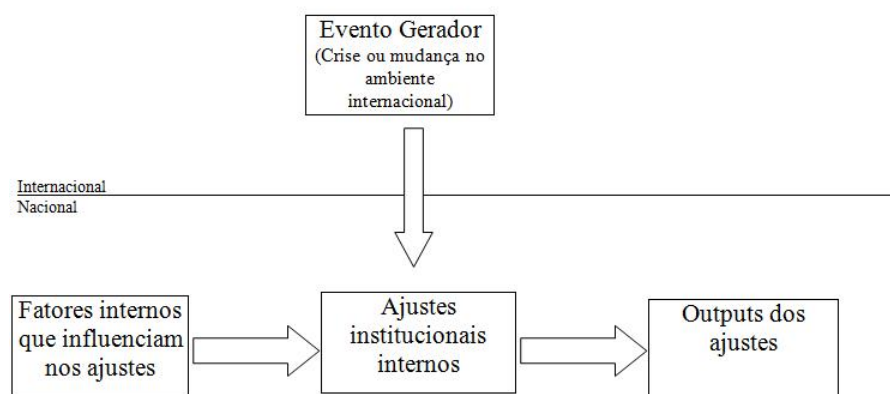
<sup>10</sup> The explanation of choice among possibilities (...) requires some examination of domestic politics.

<sup>11</sup> Any policy pursued by the state must be able to elicit of at least enough social elements to sustain the state leaders in power.

equilíbrio de forças no jogo institucional, considerando elementos particulares do Estado em questão.

Considerando tais contribuições teóricas de Gourevitch, temos o arcabouço necessário que atenderá a necessidade explicitada anteriormente de criar canais de relacionamento entre o nível internacional e o nível doméstico. O modelo assumirá que mudanças no sistema internacional acarretarão demandas por adaptações domésticas, sendo tais adaptações (ou escolhas por políticas nos termos de Gourevitch) resultado da dinâmica de fatores próprios do jogo político-social interno. O estímulo proveniente do âmbito internacional será considerado o evento gerador que desencadeará o funcionamento do mecanismo do modelo.

Tendo em mente que o modelo deve ter sua primeira formulação atendo ao critério de parcimônia de detalhes, podemos esboçar esse primeiro rascunho de modelo explicativo da seguinte forma:



*Figura 1: Modelo Descritivo Simplificado*

O que o modelo acima demonstra é que um fato gerador induz demanda por ajustes institucionais internos que terão seus rumos influenciados pelos condicionantes internos.

O modelo responde à questão básica de como se articulam a dinâmica social interna e os eventos ocorridos no nível internacional. No entanto, o modelo pode dizer ainda mais, lembrando sempre que deve ser observado o critério de parcimônia e considerar quantos detalhes o modelo pode comportar. Primeiramente, é importante ter sempre em mente que estamos trabalhando em uma perspectiva histórica e que – ao trabalhar com dois níveis – é preciso acompanhar os fenômenos que ocorrem em ambos os níveis no período analisado. Isso quer dizer que é de se esperar que o canal de interação entre os dois níveis seja usado mais vezes. No entanto, a sua utilização se dará de uma forma distinta da ocorrida no primeiro momento, isso porque é lícito supor que o ajuste encadeado pelo evento gerador produza *outputs* em ambos os níveis. Isso se dá em razão de que, tendo uma vez o modelo aberto o canal de interação, este deve manter-se aberto, sob a pena de tornar incoerente o modelo.

Mas será que o canal entre os dois níveis irá funcionar sempre em mão única no sentido internacional-nacional? O modelo trabalhará considerando que não. A primeira vez que tal canal for utilizado será em um fluxo de mão única, pois esse modelo baseia-se na premissa de que o evento gerador induz mudanças no nível doméstico. No entanto, as mudanças institucionais tomarão corpo no aspecto institucional do Estado (aqui entendidas como reformulação das instituições que compõem o aparato estatal e/ou reformulação do quadro político e/ou mudanças drásticas nos rumos de condução da política para determinada temática) e, dessa forma, as mudanças estarão no cerne do ente promovedor de política externa, ou seja, o instrumento oficial porta-voz da palavra nacional para o nível internacional terá sofrido variações, sendo por isso imprescindível que essas respostas (*outputs* dos arranjos institucionais) sejam levadas em conta no modelo. Isso não implica inverter o sentido de circulação do canal, ou seja, não é de se dizer que, a partir de então, as respostas se darão do nível doméstico para o nível internacional. O canal passa a ser uma via de mão dupla.

Levando em conta o aspecto de dois sentidos de influência do canal de



interação e considerando a dimensão temporal do modelo, podemos tornar mais apurado o modelo apresentado na Figura 1 da seguinte maneira:

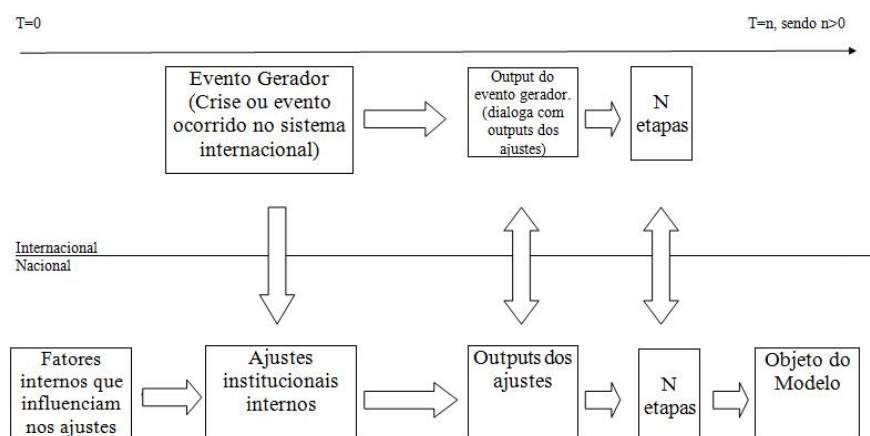


Figura 2: Modelo descritivo completo

A figura acima expressa um modelo descritivo que atende às necessidades anteriormente apresentadas. Resta fazer algumas considerações e algumas ressalvas quanto a esse modelo.

Quanto às considerações, é válido ressaltar que todo elemento constitutivo do modelo (em termo de diagrama: todo quadro) apresenta causas e efeitos. Como pode-se perceber acima, três são os elementos que não apresentam causas ou efeitos, - a saber, o Evento Gerador, os Fatores Internos que influenciam os ajustes e Objeto do Modelo - e não sem razão esses encontram-se no extremo do modelo. O motivo para ocultar as causas/efeitos desse modelo é que a cadeia causal é infinita, ou seja, se A é causa de B, que tem por causa C, cuja causa é D, *ad infinitum*... a explicitação das causas/efeitos dos elementos extremos do modelo (bem como das causas das causas e assim por diante) levaria a cadeia causal a tornar-se inesgotável. Se estão sendo ocultadas as causas/efeitos desses elementos, é para que se possa demarcar o

período de tempo a ser analisado.

Outra consideração a ser feita é que todos os elementos constitutivos do modelo apresentam *outputs* em ambos os níveis. Dessa feita, o evento gerador induz ajustes institucionais no nível doméstico, bem como acarreta alterações em elementos futuros no próprio nível internacional. Deriva daí o fato de que cada elemento constitutivo tem causas em ambos os níveis, bem como surte efeitos nesses mesmos dois níveis.

Feitas as considerações da macro visão do modelo, é prudente que se faça uma leitura dos elementos constitutivos mais significativos do modelo. Primeiramente, far-se-á considerações sobre o Evento Gerador. Todo evento ocorrido no sistema internacional é um Evento Gerador? A resposta é não, já que nem todos os eventos acarretam indução de ajuste institucional doméstico. É preciso considerar a natureza do evento ocorrido no sistema interno, bem como seu impacto no caso que se deseja modelar. Por exemplo, as mudanças de regras no regime de pesca da baleia têm impactos diferentes no nível doméstico Suíço, Egípcio e Japonês. Isso porque a temática em questão – a regulação de pesca baleeira – tem graus de penetrabilidade distintos conforme as características dos países. Dessa forma, nenhum evento é, *per se*, um Evento Gerador. Para que seja enquadrado ou não na categoria de Evento Gerador, é necessário analisar o grau de sensibilidade do nível doméstico em questão à temática a ser modelada. É impossível delinear, *ex ante*, se um fato se constitui em um Evento Gerador. Ademais, é possível pensar que, em um período temporal como o arquitetado por esse modelo, mais de um Evento Gerador ocorra, isso é, entre o período de  $T=0$  (o tempo do momento inicial do corte histórico que se entenda conveniente) e  $T=n$  (o tempo do Objeto do Modelo), pode haver um processo que se desencadeie no nível internacional e que intervenha no processo de encadeamento causal dos elementos constitutivos do modelo. Isto ocorrendo, será necessário incluir uma variável extrínseca no processo causal e esses elementos serão tratados nos termos do modelo como Evento Co-Gerador. A classificação de um processo em Evento Co-Gerador está condicionada aos mesmos requisitos que exige

de um Evento Gerador. Por se tratar de uma possibilidade e não de regra geral, a presença do Evento Co-Gerador não está explícita no modelo apresentado na Figura 2. Caso se constate a presença da variável extrínseca, essa deve ser colocada ao lado do *Output* no nível internacional correspondente, ligando-se ao nível doméstico com uma seta unidirecional no sentido internacional-doméstico.

Os Fatores internos que influenciam no ajuste tampouco são apontáveis genericamente, ou seja, eles variam de acordo com as especificidades de cada nível doméstico. Por exemplo, a questão indígena poderá ser um fator de suma importância na análise de ajustes internos em determinadas áreas do mundo, enquanto em outras ela é inexistente. No entanto, algumas linhas gerais podem ser delineadas. Os fatores relevantes dependerão das características do nível doméstico e da temática na qual o evento se insere. Ou seja, se o evento for uma crise econômica internacional, fatores como reservas externas, propensão marginal a poupar dos indivíduos daquela sociedade e composição da pauta de exportação são fatores que seguramente afetarão o ajuste interno. Se o evento for o regime internacional de regulamentação da caça baleeira – para voltar ao exemplo anterior – provavelmente mais importante do que analisar a propensão marginal a poupar de um indivíduo daquela sociedade, seja analisar a cultura gastronômica do mesmo.

Resulta daí que o Evento Gerador e os Fatores que afetam os ajustes domésticos, apesar de não estarem ligados no modelo, têm de guardar em si um estreito grau de coerência. Não se trata, aqui, de blindar as áreas temáticas, ou seja, obviamente em algum grau a cultura gastronômica de uma sociedade (que pode ser expressa em forma de padrão de consumo de bens) está ligada à dinâmica econômica. No entanto, devemos lembrar-nos dos princípios de parcimônia de detalhes que regem as formulações do modelo. Ainda a respeito da relação entre Evento Gerador e Fatores que afetam o ajuste, é preciso deixar claro que não há, nos termos da generalidade exigida do modelo, qualquer graduação de importância entre os dois. É verdade que o Evento Gerador é o que induz o ajuste e que ele oferece um leque maior



ou menor de possibilidade de escolha. Proporcionalmente direto ao tamanho do leque de opções apresentado pelo Evento Gerador será o peso dos fatores que afetam o ajuste.

A cadeia causal que liga o Evento Gerador e os fatores de afetam o ajuste pode ser constituída de quantas etapas – ou quantos encadeamentos causais – o aplicador do modelo julgar necessário, lembrando que a inserção de elos causais poucos significativos só fará diminuir o grau de inteligibilidade do modelo, comprometendo seriamente o esforço analítico que a formulação verbal construirá em cima da descrição do modelo.

Por fim, o objeto do modelo nada mais é do que aquele fato cujas causas são buscadas e não é por outra razão que esse elemento ocupa o extremo direito do modelo (o ponto mais avançado no eixo de tempo que é apresentado acima dos elementos constitutivos). É também por essa razão que desse elemento não saem setas indicando *outputs*.

Quanto às ressalvas da aplicação do modelo, é importante notar que tanto mais aplicável será esse modelo quanto maior for a vulnerabilidade do país à temática. Além disso, esse não é um modelo que se aplica aos eventos cotidianos da vida do nível doméstico, já que isso implicaria aceitar que adaptações institucionais ocorreriam hodiernamente nos Estados do sistema internacional. Bastaria um olhar nos jornais para falsificar essa afirmativa, colocando em cheque o modelo. Por fim, cabe aqui uma ressalva quanto à origem do Evento Gerador. Obviamente, o processo expresso no nível internacional sob a alcunha de Evento Gerador pode ter suas origens em um nível doméstico outro que não o analisado, ou mesmo no nível doméstico modelado. Por exemplo, é ilusório supor que uma crise financeira internacional ocorra somente no nível internacional, ou seja, é impensável que todas as economias no nível doméstico estejam bem e que concomitantemente haja uma crise no nível internacional. Esse modelo privilegia o impacto da internacionalização de um evento sob o ponto de vista de seu ganho de vultuosidade e consequente aumento da capacidade de penetração desse evento internacionalizado no nível

doméstico. O que a lente através da qual se construiu esse modelo foca é a diferença do peso de uma crise econômica local para uma crise econômica internacional, de um processo de crise política de um nível doméstico para a crise política nos vários níveis domésticos de toda uma região.

Outro aspecto a que se deve atentar é o fato de que, para o modelo, as interações entre o nível doméstico e o internacional darem-se exclusivamente via política de estado. Aceita-se que, hoje, a facilidade de fluxo transfronteiriços pode ser agenciada por atores outros que não o Estado. No entanto, essa redução é considerada válida, já que as articulações feitas no modelo são aquelas correspondentes às mudanças institucionais que ocorrem no nível doméstico.

Apresentado o modelo e feitas as devidas considerações e ressalvas, o que segue é uma tentativa de aplicar esse modelo ao caso da nacionalização das reservas de hidrocarbonetos, ocorrida em maio de 2006.

### **5. Modelando a Terceira Nacionalização energética na Bolívia**

Desenvolvido o modelo descritivo, o que será feito agora é a modelagem da nacionalização energética na Bolívia. Para a modelagem, será assumido que a crise do modelo neoliberal de Estado é o Evento Gerador que irá induzir arranjos institucionais no nível doméstico Boliviano. É importante ressaltar que esse evento guarda estreita relação com as mudanças na economia política internacional do fim do século passado e, se aqui opta-se pela crise do modelo neoliberal como evento gerador, é por entendê-lo como pressão mais imediata na indução do rearranjo interno. O objeto do modelo será a nacionalização das reservas de gás e petróleo, realizada em primeiro de maio de 2006. Os fatores internos que afetarão o ajuste interno serão o crescente grau de politização dos atores políticos que defendem as bandeiras indianistas e o crescente nacionalismo – de conteúdo renovado.

A articulação desses três elementos irá desencadear na emergência de

um novo modelo de Estado, cujas diretrizes que orientam a ação dos formuladores de política são sensivelmente distintas daquelas dos modelos anteriores. Nesse sentido, a análise de Miguel Nikitengo (2002) é bastante elucidativa. O autor realiza, em um artigo sobre a evolução das formas de conflitos sociais na Bolívia, uma tipificação dos modelos de Estado pelos quais o país passou durante o século XX. A análise de modelos de Estado é importante para a contextualização da ação social e política (Nikitengo, 2002). Isso deve-se ao fato de o Estado, por suas prerrogativas precípuas e definidoras, ser o responsável por estabelecer as regras do jogo dentro das quais deverão se desenrolar os embates político-sociais (Nikitengo, 2002). Ainda segundo Nikitengo, o período de transição entre os modelos de Estado se dá sempre por instauração de um cenário de crise. Assim, é quando o Estado oligárquico decai em face às novas demandas oriundas dos sindicatos que se fortalecem, no contexto do pós-guerra do Chaco, através do que ficou conhecido como Revolução Nacional de 1952 (ou Revolução Inconclusa), que se instaura o Estado de 1952.

O Estado de 1952 é marcado pela centralização da economia na mão do Estado. Com forte atuação de empresas privadas, La Paz controlava a força econômica e o poder político. As demandas por concretização das propostas revolucionárias nacionalistas daqueles que fizeram a Revolução de 1952 – que objetivavam modernizar os arranjos institucionais do Estado (Nikitengo, 2002) – e as articulações das elites locais que demandavam maior autonomia dos governos implicaram a entrada da Bolívia em um *“círculo vicioso entre ingovernabilidade sócio política e instabilidade econômica”* (Nikitengo, 2002, p. 141). A saída para a crise será a Nova Política Econômica de 1985, promovida por Victor Paz Estenssoro, que pregava a diminuição do peso do Estado na economia e adaptava a Bolívia a uma economia de mercado, o que imprime a cara neoliberal ao Estado boliviano (Nikitengo, 2002).

A Lei de Capitalização (1994) e a Lei dos Hidrocarbonetos n. 1689 (1996) promoveram a liberalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia, estabelecendo os Contratos de Riscos, segundo os quais uma empresa estrangeira poderia associar-se à *Yacimientos Petrolíferos*

*Fiscales de Bolívia* (YPFB) na prospecção de campos de hidrocarbonetos. Se esses recursos fossem encontrados, a empresa sócia à YPFB poderia controlar a produção e distribuição dos recursos. Se a busca se revelasse em vão, a empresa sócia arcaria com todos os custos da operação. A lei efetivamente quintuplicou o investimento no setor e quadruplicou as reservas de gás bolivianas (devido a descobertas de novos campos em Tarija) (Alexandre *et al.*, 2006). A exploração do gás então passa a ser um dos pontos mais importantes da economia boliviana e seu vínculo com o Estado restringia-se à cobrança de 18% de impostos. Com a sua consolidação, o Estado neoliberal havia atingido sua formulação máxima na Bolívia.

A Guerra da Água e a Guerra do Gás (2003) são elementos representativos da crise que sela o fim do modelo neoliberal. As causas da derrocada desse modelo, como aponta Enrique Ramirez (2005), foram:

- a) A compreensão do desenvolvimento como melhoria de uns poucos indicadores macroeconômicos em detrimento de variáveis que têm impactos mais diretos na vida diária do cidadão (como a taxa de desemprego);
- b) O aumento da desigualdade social face à incapacidade de gerar um processo de crescimento sustentável;
- c) A aplicação de políticas semelhantes em países reconhecidamente distintos. Em parte isso se deve ao fato do modelo neoliberal se basear no modelo neoclássico em que não consideram características culturais ou sociais (Ramirez, 2005);

O saldo da aplicação, por mais de uma década, do modelo neoliberal na América Latina, foi insatisfatório, quer seja do ponto de vista econômico, quer seja do ponto de vista social. Como aponta Pizarro (2005), o crescimento econômico no período foi fraco (a média entre 1980 e 2003 foi de 2,2% enquanto o mesmo índice durante o período 1950-1980 fora de 5,2%), o desemprego alcançou os dois dígitos e o emprego informal alcançou o alarmante patamar dos 47% em 2003. (Pizarro, 2005). Os resultados decepcionantes na economia e nos

indicadores sociais não passaram incólumes pelo crivo da opinião pública. Em 2003, o nível de concordância com as privatizações alcançou seu mínimo histórico (Latinobarometro, 2007). Apenas 21% dos latino-americanos declararam-se de acordo com as privatizações – uma das consequências mais claras da aplicação da agenda neoliberal. É no contexto de tais descontentamentos que emergem ciclos de revoltas e manifestações populares, como as supracitadas Guerra da Água e Guerra do Gás. Aponta-se agora para a necessidade de formulação de um novo modelo de Estado que tem desafios a serem superados.

O “desafio pós-neoliberal” está em estabelecer um padrão de organização da economia que, mesmo baseado no gás, defina as bases para a criação de emprego e renda além do gás (Gray Molina, 2006). Parafraseando um antigo ministro, é preciso “semear o gás” (Karl, 1997).

O que está em jogo é que cristaliza-se um novo modelo de Estado que pode ser traduzido, nos termos do modelo descritivo elaborado acima, como sendo um arranjo institucional induzido, ou seja, há uma reformulação do quadro político e mudanças drásticas nos rumos de condução da política em várias temáticas, tais como alterações na estrutura tributária e no marco regulatório da indústria de petróleo e gás.

Para o conteúdo do novo modelo de Estado na Bolívia, tão importante quanto a derrocada do neoliberalismo no continente são as dinâmicas internas dos movimentos sociais e grupos políticos oriundos da articulação histórica do indígena. Fernando Calderón (2006) estabelece uma leitura muito clara do cenário pós-eleição de 2005. Segundo o autor, ao conquistar 54% dos votos para a presidência, o MAS realizou um feito poucas vezes alcançada na democracia boliviana: ter apoio da maioria da população. Outro fato significativo foi o padrão de voto dos eleitores bolivianos, que *“diferenciou seu voto em categoria nacional e departamental, estabelecendo dessa maneira um equilíbrio entre o poder central e os poderes regionais”* (Calderón, 2006, s.p.), o que revela o grau de complexidade do eleitorado boliviano. Além disso, com apenas dois

partidos – o MAS e o PODEMOS – recebendo mais de 80% dos votos (Calderón, 2006), o cenário boliviano que se delineia é um cenário bipartidário, o que induz à polarização, fato que fica evidente na claudicante evolução da Assembléia Constituinte. Ainda segundo Calderón (2006), a ação estratégica do MAS consiste em combinar linhas duras com linhas de negociação: são componentes da linha dura do MAS a nacionalização dos hidrocarbonetos, a Lei de Serviço Nacional de Reformas Agrárias e a política para a cultura da coca; são componentes da linha de negociação os regimes de autonomia, as políticas sociais e as políticas econômicas setoriais (Calderón, 2006).

Outro aspecto importante do contexto do nível doméstico boliviano foi a emergência e formulação do nacionalismo que está ligado ao já referido “entendimento largo de nação”. Quando criam-se elementos ideacionais que realocam o indígena no imaginário nacional da nação, desenvolve-se uma ideologia que busca harmonizar o Estado – o ente que estabelece, regula e preserva as regras do jogo (Nikitengo, 2002) – com a nação, em um entendimento largo. Dessa forma, temos os elementos constitutivos do modelo descritivo simplificado.

O entendimento largo de nação e a conseqüente reformulação do conteúdo do nacionalismo derivam nas áreas de linha dura do governo masista. Como esse modelo busca descrever a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos, elemento integrante da linha dura, é dos elementos orientadores da política da mesma que estamos tratando, ou seja, o novo nacionalismo é um dos fatores que mais afetam o ajuste institucional do Estado.

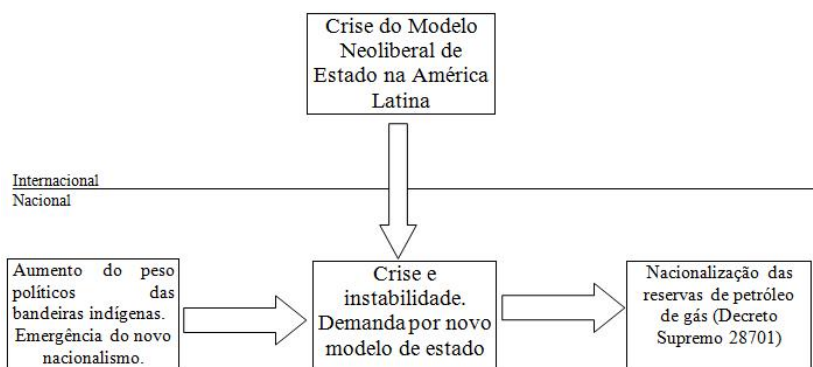


Figura 3: Aplicação do modelo descritivo simplificado ao caso da nacionalização das reservas de gás e petróleo na Bolívia.

O modelo descritivo pode dizer ainda mais acerca do processo de nacionalização energética. Da mesma forma que esse modelo simplificado foi expandido na seção anterior, em nome de uma descrição mais acurada esse encadeamento causal será mais detalhado, atendendo ao critério de parcimônia já discutido acima.

Se todo o evento do modelo gera *outputs* em ambos os níveis, qual será o *output* do Evento Gerador no nível internacional? O que se apresenta no nível internacional é a consolidação dos governos de centro-esquerda na América Latina. Em 2006, quando da nacionalização, a América do Sul contava com os seguintes presidentes de centro-esquerda ou esquerda: Hugo Chávez na Venezuela, Lula no Brasil, Michele Bachelet no Chile, Tabaré Vazques no Uruguai e Nestor Kirchner na Argentina.

Essa guinada à esquerda no continente tem impacto direto na condução de políticas e alianças em que o governo boliviano – no âmbito do modelo de Estado – se consolida. Um exemplo que pode ser dado é o fato de a UNASUR ser conclamada a intervir e criar locais de diálogo para a resolução dos conflitos decorrentes das demandas por autonomia e de restituição aos departamentos das regalias provenientes do Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos (IDH). Este

arranjo internacional de governos (centro) esquerdistas tem fundamental papel na consolidação do novo modelo de Estado na Bolívia. Ao mesmo tempo em que é subsidiado pela esquerdização que ocorre no nível internacional, a consolidação de um modelo de Estado esquerdista implica reforçar a própria esquerdização na América do Sul, justificando a seta bi-direcional representando a direção do fluxo que ocorre no canal que liga os dois níveis.

Além da esquerdização, a definição de novo modelo de Estado abre espaço para outro evento muito significativo ocorrido no nível internacional: o aumento do peso da agenda de Segurança Energética. O aumento nos preços do petróleo é a constatação de que, se mantida nos atuais níveis de crescimento econômico, a economia mundial encontrará um estreito gargalo estrutural no que concerne ao fornecimento de energia. Como aponta Paul Isbell (2007), se deseja-se manter as taxas de crescimento econômico, a taxa de consumo energético (petróleo, gás e eletricidade) seguirá aumentando. Para satisfazer a crescente demanda com fins a manter o nível de crescimento econômico, será preciso que aumente no nível de investimento em todos os setores da produção energética (Isbell, 2007).

Isbell (2007) afirma que a Segurança energética é um conceito muito amplo e inexato. Para o autor, a forma mais conveniente de se pensar o fenômeno é pensá-lo em três fontes geradoras de insegurança energética. A primeira fonte de insegurança seria a não garantia da segurança de fornecimento no curto prazo. Essa seria a principal preocupação das economias importadoras de recursos energéticos. A interrupção no fornecimento pode ser de duas naturezas: intencionais (atos políticos de barganha) ou não intencionais (eventos naturais que comprometam a estrutura física de produção e/ou transporte). A segunda fonte de insegurança é a de garantia de produção no médio prazo, o que quer dizer que é preciso garantir o nível de investimento necessário para que a produção alcance o nível demandado. Por fim, a terceira fonte de insegurança energética é a garantia da segurança geopolítica e ambiental no longo prazo. As ameaças a essa garantia seriam os conflitos militares que poderiam afetar a estrutura produtiva,



bem como as mudanças climáticas que poderiam inviabilizar a utilização de algumas fontes de energia (Isbell, 2007).

O nacionalismo energético é um fator importante no cálculo do Estado desses subtipos de segurança, já que ele traz consigo a ideia de que a dependência externa ameaça a segurança nacional, o que implica em uma maior propensão a conflito (incidindo no terceiro subtipo de segurança analisado). Além disso, no âmbito do nacionalismo energético, são criadas empresas nacionais gestoras das reservas em contraposição às empresas transnacionais. O problema é que muitas delas não têm o aporte financeiro necessário para garantir a segurança de produção no médio prazo (Isbell, 2007).

Quanto à segurança de fornecimento no curto prazo, uma observação deve ser feita. Como aponta Isbell (2007), o mercado de gás apresenta uma diferença fundamental do mercado de petróleo. Enquanto o mercado desse último recurso é global, um embargo do petróleo por parte de uma economia exportadora implica em uma solução de mercado: o preço sobe (dada a redução da oferta e manutenção da demanda) e definem-se novos fornecedores. Quanto ao gás (quanto comercializado em sua forma gasosa), o seu mercado é primordialmente regional. Isso porque a comercialização do gás implica na existência de dutos que simplesmente não podem ser transferidos ao sabor das instabilidades políticas. Assim sendo, o caso boliviano ganha complexidade, já que as economias importadoras de seu gás (Brasil e Argentina diretamente, e de forma indireta o Chile) não têm alternativa no sentido de buscar novos fornecedores. Essa situação pode ser mudada caso o gás comece a ser negociado em estado gasoso, no entanto isso exigiria a implementação de usinas de liquefação tanto na economia exportadora como nas economias importadoras.

O que temos, portanto, é uma situação complexa de segurança energética que vem ganhando espaço com a consolidação da interdependência entre os Estados. Essa é sem dúvida um evento que trará consequências na formulação de política dos Estados envolvidas nessas redes interdependentes devendo, portanto, ser considerado no

modelo desenvolvido.

Dessa forma, temos o modelo descritivo expandido e assumindo a seguinte característica:

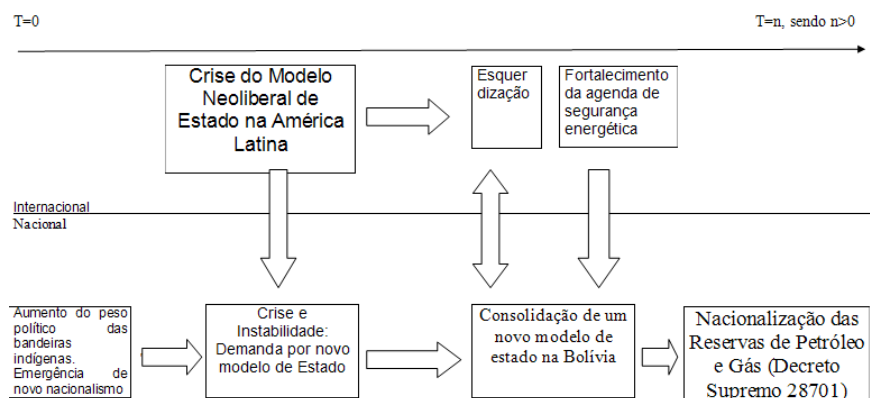


Figura 4: Modelo descritivo expandido para a modelagem da terceira nacionalização energética na Bolívia.

O que resta compreender acerca do modelo apresentado acima é que o mecanismo está representado pela seta que liga a Consolidação de um novo modelo de Estado na Bolívia com a Nacionalização das Reservas de Petróleo e Gás.

O Decreto Supremo 28701 estipula que: I) os recursos naturais voltam a ser propriedade do Estado boliviano, II) o Estado retoma o controle das etapas de produção desses recursos, III) o Congresso deverá aprovar os contratos estipulados na área, IV) nacionaliza as ações das empresas estrangeiras, de modo que a YPFB detenha 50% mais 1 das ações e V) estipula um prazo de 180 dias para a adaptação das empresas estrangeiras ao novo marco regulatório (Zanella *et al.*, 2007). Recordando o que foi dito mais acima acerca da utilidade de modelos descritivos na formulação de hipóteses, apresenta-se aqui a hipótese de que a nacionalização energética é a expressão da securitização das reservas de hidrocarbonetos. A exploração por parte de não nacionais

das reservas de petróleo e gás passa a ser entendida como uma ameaça existencial à nação boliviana, considerada em seu entendimento largo.

A hipótese articula o conceito desenvolvido em *Security – A New framework for analysis* por Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde. De acordo com os autores, o processo de securitização constitui-se dos movimentos políticos e meta-políticos que um ator político exerce após perceber um fenômeno como uma ameaça existencial a um determinado objeto de referência (Buzan *et al.*, 1998). Um problema securitizado é aquele que é percebido como existencialmente ameaçado. Legitimando assim medidas que ultrapassam as regras do jogo estabelecidas, esses problemas geram em nome de proteção à sua sobrevivência, portanto, movimento de meta-políticos. Buzan, Wæver e Wilde (1998) propõem que os processos de securitização são levados a cabo por três elementos:

1. Objetos de Referência: coisas que são vistas como sendo existencialmente ameaçadas e que apresentam uma demanda legítima por sobrevivência;
2. Atores de Securitização: atores que securitizam problemas através da declaração de que algo – um objeto de referência – está existencialmente ameaçado;
3. Atores Funcionais: atores que podem afetar a dinâmica de um setor. (...) atores que influenciam significativamente as decisões em um campo de segurança. (Buzan *et al.*, 1998, p. 36, tradução livre)<sup>12</sup>.

O governo boliviano, imbuído no novo nacionalismo, securitiza a questão energética, mais substancialmente, ele cria pela via discursiva um ambiente de legitimação das quebras de regras (reformulação do

<sup>12</sup> 1. *Referent objects*: things that are seen to be existentially threatened and have a legitimate claim to survive.

2. *Securitizing actors*: actors who securitize issues by declaring something – a referent object – existentially threatened.

3. *Functional actors*: actors who affect the dynamic of a sector. (...) an actor who significantly influences decisions in the field of security.

marco regulatório de exploração). O objeto de referência é a própria nação, já que o novo nacionalismo – influenciado pelo imaginário indígena que contém mitos como o da Pachamama, a Mãe Terra – aproxima o que é a exploração da terra e dos recursos naturais ao que se entende como sendo a nação. Nesse ambiente de comunicabilidade entre os níveis internacional e nacional, pode-se pensar em atores funcionais como sendo as lideranças políticas regionais (haja vista que o mercado do gás, ao contrário do mercado do petróleo, é um mercado regional, e não global).

O efeito mais importante da lógica de securitização é o ambiente de quebras de regras legítimas. Dessa forma, têm-se ajustes significativos que irão permear os cálculos de ação das rodadas subsequentes do jogo de comércio energético na América do Sul.

O teste dessa hipótese exige um esforço descabido no presente trabalho, mas é, sem dúvida, fundamental para a compreensão plena da dinâmica aqui analisada. O que ela acarreta é que mais do que um processo de reformulação de quadros políticos, o processo de nacionalização energética traz imbuído uma considerável dimensão de segurança que não pode ser ignorada nas análises de relacionamento bilateral do Cone Sul.

## 6. Novas perspectivas de pesquisa

A aplicação do modelo acima implica na abertura de, ao menos, duas linhas de pesquisa que o autor julga válidas. Primeiramente é a aplicação desse modelo para a descrição de eventos ocorridos em outros Estados. Segundo, é o deslocamento do modelo no eixo de tempo, ou seja, analisar quais serão os *outputs* da nacionalização nas rodadas de interação subsequentes. Nesse sentido, o trabalho sobre jogos de dois níveis de Robert Putnam (1988) parece fornecer instrumental que, combinado com esse modelo, será muito útil na compreensão dos *outputs* do processo de nacionalização.

Além disso, ainda é possível um esforço metodológico no sentido de

fazer novos experimentos nesse modelo. Da mesma forma que o modelo tornou-se mais complexo da Figura 1 para a Figura 2, é lícito supor que tal modelo pode sofrer ainda alterações como, por exemplo, a decomposição do nível internacional em nível regional e nível global.

## 7. Conclusões

O artigo apresentou um modelo descritivo que visava, valendo-se das reduções inerentes ao ofício de modelagem, isolar as variáveis consideradas relevantes para o encadeamento causal dos eventos. Para a plena compreensão dos fenômenos, deve-se juntar ao modelo descritivo uma formulação verbal que articule instrumentos compreensivistas buscando achar a causa de encadeamento dos elementos constitutivos. Portanto, o modo de análise que se desenvolve aqui é composto pelo modelo descritivo e pela formulação verbal.

O modelo serviu também como instrumento formulador de hipótese que merece teste em um trabalho futuro. Além disso, o modelo abriu horizontes de pesquisa, seja no encaminhamento da análise do processo em questão, seja na aplicação desse modelo à descrição – e posterior análise – de outros fenômenos.

## Referências Bibliográficas:

ALEXANDRE, Cristina; PINHEIRO, Flávio; ACSELRAD, Vitor. As políticas do gás natural dos governos Morales e Bachelet. **Observador On-Line**, v. 1, n. 1, mar. 2006. Disponível em <[http://observatorio.iuperj.br/pdfs/4\\_observador\\_topico\\_Observador\\_01.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/4_observador_topico_Observador_01.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2008.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BOLÍVIA. Decreto Supremo 28701, de 1o de maio de 2006. **Gaceta de Oficial de Bolívia**. La Paz, 1o mai. 2006.

BORGES, Jorge Luis. **História universal da infâmia**. Porto Alegre: Globo, 1975.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CALDERON, Fernando. Panorama electoral em América Latina: ¿qué reemplaza al modelo neoliberal?. **Nueva Sociedad**, mar. 2006. Disponível em: <[http://www.nuso.org/docesp/calderon\\_final.pdf](http://www.nuso.org/docesp/calderon_final.pdf)>. Acesso em: 29 Set 2008.

CAMARGO, Alfredo José C. J. C. **Bolívia, a Criação de um Novo País: a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

GOUREVITCH, Peter. The Second Image Reversed: The International Source of Domestic Politics. **International Organization**, v. 32, n. 4, p. 881 – 912, 1978.

GRAY MOLINA, G. La economía boliviana "más allá del gás". **América Latina Hoy**, v. 43, p. 63-85, 2006.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismo: O estado Nacional e o nacionalismo no séculos XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.

ISELL, Paul. **Reexaminando la seguridad energética**. 2007. Disponível em: <[http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/ARI2007/ARI123-2007\\_Isbell\\_seguridad\\_energ%Etica.pdf](http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/ARI2007/ARI123-2007_Isbell_seguridad_energ%Etica.pdf)>. Acessado em: 06 out. 2008.

KARL, Terry L. **The Paradox of Plenty: Oil-Booms and Petro-States**. Los Angeles: University of Califórnia Press, 1997.

LATINOBAROMETRO. **Informe Latinobarometro 2007: banco de datos en línea**. Santiago do Chile, 2007. Disponível em:

<<http://www.latinobarometro.org/>>. Acesso em: 11 out. 2008.

MORALES, Evo. **Discurso de posesion del presidente constitucional de la Republica , Evo Morales Aima**. La Paz, 22 jan. 2006. Disponível em:

<[http://www.presidencia.gov.bo/prensa/Noticias\\_prd.asp?id=200601227&p=4](http://www.presidencia.gov.bo/prensa/Noticias_prd.asp?id=200601227&p=4)> . Acesso em: 29 set. 2006.

NIKITENKO, Miguel Villaroel. La acción colectiva em Bolívia: Cambio y transformación de los Conflictos sociales 1970 – 1998. *In*: LEVY, Bettina (Org.). **Crisis y conflicto em el capitalismo latinoamericano**: lectura políticas. Buenos Aires: Ed. CLACSO, 2002. p. 137 – 167.

PIZARRO, Roberto. Agenda Economica Propria. **Nueva Sociedad**, v. 199. set./out. 2005. Disponível em: <[http://www.nuso.org/upload/articulos/3288\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3288_1.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2008.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of two level games. **International Organization**, v. 42, n. 3. p. 427 – 460, 1988.

RAMIREZ, Enrique Cornejo. Hacia la transformacion del estado em América Latina. **Nueva Sociedad**, set. - out. 2005. Disponível em: <[http://www.nuso.org/upload/articulos/3287\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3287_1.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2008.

ROCHA, Mauricio S. A Outra Volta do Bumerangue: Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia (1952-2006). *In*: **Bolívia**: de 1952 ao Século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

SAYÃO, Luís Fernando. Modelos teóricos em ciência da informação - abstração e método científico. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 1, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652001000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652001000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 set. 2008.

SNIDAL, Duncan, Formal Models of International Politics. *In*: SPRINZ, Detlef; WOLINSKY-NAHMIAS, Yael (Eds.). **Models, Numbers, and Cases**: Methods of Studying International Relations. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2004.

ZANELLA, Cristine K.; MARQUES, Pâmela M.; SALDANHA, Jânia M. L. A Nacionalização ex-tempore dos hidrocarbonetos bolivianos: o novo século reascendendo as esperanças de um povo. **Prisma**: Direito, Política Pública e Mundialização. Brasília, v. 4, n. 1, p. 273 – 294, 2007. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/prisma/article/viewFile/225/225>>. Acesso em: 27 set. 2008.